



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

PATRICK JOSLAND MENDES GOUVEIA

**UM DIÁLOGO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA VIA DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O RACISMO
ESTRUTURAL NA ESCOLA**

**SUMÉ - PB
2024**

PATRICK JOSLAND MENDES GOUVEIA

**UM DIÁLOGO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA VIA DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O RACISMO
ESTRUTURAL NA ESCOLA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande como requisito parcial
para obtenção do título de Especialista em
Educação Contextualizada**

Orientadora: Professora Dr. Sônia Maria Lira Ferreira.

**SUMÉ - PB
2024**



G719d Gouveia, Patrick Josland Mendes.

Um diálogo entre os direitos humanos e a educação inclusiva: uma via de conscientização contra o racismo estrutural na escola. / Patrick Josland Mendes Gouveia. - 2024.

33 f.

Orientadora: Professora Dra. Sônia Maria Lira Ferreira.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Direitos humanos e educação. 2. Educação inclusiva. 3. Racismo estrutural na escola. 4. Escola inclusiva. 5. Letramento racial. I. Título. II. Ferreira, Sônia Maria Lira.

CDU: 37:342.7(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

PATRICK JOSLAND MENDES GOUVEIA

**UM DIÁLOGO ENTRE OS DIREITOS HUMANOS E A EDUCAÇÃO
INCLUSIVA: UMA VIA DE CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O RACISMO
ESTRUTURAL NA ESCOLA**

**Monografia apresentada ao Curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência
com o Semiárido da Universidade
Federal de Campina Grande como
requisito parcial para obtenção do título
de Especialista em Educação
Contextualizada**

BANCA EXAMINADORA:

**Professora Dra. Sônia Maria Lira Ferreira.
Orientadora – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.
Examinador Interno I – UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Wallace Gomes Ferreira de Souza.
Examinador Interno II - UACIS/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 22 de novembro de 2024.

SUMÉ - PB

*Dedico este trabalho primeiramente à Deus,
por ter me guiado e fortalecido até aqui.*

*A toda minha Família e em especial a minha
mãe e meus irmãos.*

*Dedico a minha querida esposa Cleane
Queiroz Batista Mendes e as minhas amadas
filhas, Maria Joana Mendes Queiroz e Maria
Alice Mendes Queiroz.*

Vocês são a razão de tudo isso.

Com gratidão e amor, dedicado a vocês.

Quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor

Paulo Freire

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo combater discriminação, estereótipos, preconceitos e atitudes racistas e de exclusão, por meio de reflexões críticas e diálogo aberto na ECI Jairo Aires Caluête, no município de Parari -PB. Fez-se necessário realizar uma pesquisa qualitativa que se deu exatamente devido às suas características de investigação exploratória e descritiva, uma vez que associado à minha prática pedagógica, tornou-se evidente a abordagem adequada, já que permitiu o aprofundamento necessário na busca do conhecimento no que se refere à gestão do conhecimento, contudo o método dedutivo se faz o mais adequado para compreender os processos de manifestação do fenômeno estudado nesta pesquisa, A ciência não se baseia na indução, mas na dedução, que permite à pesquisa testar as hipóteses e avançar através da falsificação (POPPER, 2004, p. 89). Diante disso foi possível compreender que nossas ações são respaldadas cientificamente, quando realizamos a prática dedutiva ao permitir verificação e a validade de teorias por meio de uma sequência lógica de pensamento, utilizamos a técnica de coleta de dados com metodologias inovadoras como a realização de rodas de conversas estruturadas e dirigidas, análises de textos bibliográficos, observações qualificadas, aulas experimentais de campo, estudo de caso, para tanto tomando por base, como sujeito da pesquisa os estudantes sendo eles o universo estudado. Portanto o centro da nossa problematização é: Como a escola pode integrar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para combater o racismo e promover a “Inclusão” nas práticas pedagógicas diárias? É essencial compreender que a educação em direitos humanos visa promover valores como igualdade, respeito, dignidade e justiça. Esses princípios são fundamentais para combater o racismo estrutural, que se manifesta de forma sistêmica e institucionalizada, perpetuando desigualdades e discriminações contra grupos raciais historicamente marginalizados.

Palavras-chave: Direitos humanos; Educação inclusiva; Racismo estrutural.

ABSTRACT

This paper qualitatively analyzes the challenges and possibilities of implementing innovative pedagogical practices for inclusive and anti-racist education, especially in the context of the Jairo Aires Caluête Integral Citizen School, in the city of Parari-PB. Through a historical perspective on the evolution of human rights, based on theorists such as Comparato (2010), and on analyses of the impact of structural racism on education (Almeida, 2019), the study highlights the educational deformations present in the current school model and the importance of concrete actions to combat exclusion. The challenges of racial literacy, the deconstruction of stereotypes and the need for ongoing teacher training to implement inclusive practices are competitive. In addition, the implementation of public policies to combat structural racism and ensure equity is problematized, emphasizing the urgency of an educational model that not only proclaims rights, but also effective ones. Through reports of experiences with workshops, debates and pedagogical activities, the work reflects on the impacts of these practices on raising students' awareness and building a culture of respect and dignity. The text concludes that, despite the advances, inclusion and equity still face significant barriers, often fueled by cultural and structural resistance. As a proposal, the importance of a joint effort between schools, communities and public policies to promote transformative and inclusive education is reinforced.

Keywords: Human rights; Inclusive education; Structural racism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	OBJETIVO GERAL.....	11
1.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	12
2.1	UM RECORTE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS PARA HUMANIDADE.....	12
2.2	DIREITOS PARA TODOS, NÃO SÓ PARA HUMANOS “DIREITOS”.....	13
2.3	LETRAMENTO RACIAL E COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL, NO ESPAÇO ESCOLAR.....	15
2.4	UMA ESCOLA INCLUSIVA, DE EQUIDADE OU UMA FALSA UTOPIA PEDAGÓGICA?.....	17
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	19
3.1	MÉTODO CIENTIFICO.....	20
3.2	TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS.....	20
3.3	SUJEITO DA PESQUISA.....	20
3.4	UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA.....	21
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	30
	REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho acadêmico tem como objetivo principal compartilhar a experiência do pesquisador na jornada empreendida no decorrer da formação continuada no curso de pós graduação: Especialização em Educação Contextualizada para a convivência no semiárido, como também das experiências e práticas pedagógicas, durante o período de aproximadamente 10 meses, em que tive a oportunidade de conviver nesta instituição UFCG/CDSA.

Momentos de grande importância para minha vida acadêmica, com diversas possibilidades de aprendizagens aonde explorei e aprofundei meus conhecimentos a parti das disciplinas ministradas por diferentes mestres e doutores, propostas acadêmicas das mais diversas e fascinantes possíveis, a cada semana era uma nova descoberta e nossos reencontros sempre de grande relevância, sempre problematizando todas as questões levantadas e buscando variadas maneiras e formas para trazê-las para o meu cotidiano escolar.

Procurei desenvolver práticas pedagógicas no chão da escola que somassem a toda teoria explorada durante este período, neste fazer pedagógico procurei dedicar todas minhas forças para edificação de uma escola antirracista. Já no que tange ao projeto de intervenção para este ano de 2024, a Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête, na cidade de Parari - PB, tem como tema: **“Recomposição de aprendizagem e direitos Humanos: Respeito e Valorização do Estudante a partir do seu contexto sociocultural e Tecnológico”**, de posse disso, eu enquanto docente nas disciplinas curriculares da BNCC, como Geografia e História, me preocupei em estabelecer um ambiente em que fosse realizado as ações educativas e pedagógica que atendesse aos anseios da minha proposta intervencionista, que passarei a discorrer a seguir. O grande intuito é estabelecer uma educação de valorização dos direitos humanos na perspectiva de uma educação antirracista e de um letramento racial, estabelecendo de fato uma escola inclusiva, o centro da nossa problematização é: Como a escola pode integrar os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira para combater o racismo e promover a “Inclusão” nas práticas pedagógicas diárias?

Essas inquietações surgiram como forma de estímulo para buscar entender de forma aprofundada as reais dificuldade enfrentadas na prática educacional no âmbito escolar, como também, dar as temáticas contidas na problematização da pesquisa maior relevância no contexto educacional em que estamos inseridos, ao destacar a defesa da implementação da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Lei 10.639/03, implementações urgentes e necessárias para a formação humana dos sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem

no chão da escola. Infelizmente, a maioria das vezes, estes instrumentos legais passam despercebidos a inércia dos que fazem educação diariamente, uma grande ficção é construída e vivenciada, já que são lembrados e vivenciados em datas específicas por serem comemorativas.

Contudo se é pertinente nesse contexto tão adverso e complexo que é o âmbito escolar, buscar práticas pedagógicas que não apenas disseminem conhecimentos, mas, também, promovam reflexões críticas sobre desigualdades raciais e históricas, conectando-as aos princípios dos Direitos Humanos, como a igualdade e a dignidade, para toda comunidade escolar, sem distinção, desde “o portão até a mesa da gestão escolar”.

A educação precisa ser um espaço no qual os direitos humanos sejam aplicados e respeitados e experienciado de forma sistemática no ambiente escolar, ao dar ênfase a resistência ao racismo e, assim, proporcionar aos estudantes uma compreensão mais profunda sobre o que seja uma escola inclusiva na prática e quais são as contribuições e lutas históricas que estão postas na contemporaneidade na escola e na academia, além de promover, a formação de uma cidadania ativa que preza pela diversidade e justiça social.

Chama-se a atenção para as devidas responsabilidades da escola e dentre tantas questões a serem levantadas uma que entendemos ser pertinente ser elencada aqui é a de garantir que o currículo não seja apenas representativo, mas, também, seja inclusivo e transformador, desafiando preconceitos e estereótipos presentes na sociedade.

Vejo ainda a necessidade de integração entre teoria e prática tanto na sala de aula quanto fora da mesma, porque discursões sobre os direitos humanos e a Lei 10.639 precisam ser levadas a todos os espaços formativos: escolas, famílias, grupos de amigos/as, associações, clubes etc., para que se tornem ambientes de vivências concretas de respeito e inclusão, levando a uma verdadeira mudança social. No entanto, essa perspectiva formativa, ainda se encontra muito distante da realidade, do vivenciado na prática docente e na convivência social.

Todos esses anseios socioeducacionais, tornam-se importantes de serem experienciados e incorporados em momentos oportunos na didática da prática diária escolar por todos e todas que fazem parte da educação, para assim obterem as ferramentas necessárias para combater, falar, difundir e capacitar toda forma de opressão e injustiça social. Dessa forma, esse trabalho acadêmico mediatizado por essas implicações e atravessamentos tem como:

Quadro Demonstrativo das turmas do Ensino Médio da ECI Jairo Aires Caluête.

TURMAS	QUANTIDADES DE ESTUDANTES
8º Ano do Fundamental II	20
9º Ano do Fundamental II	19
1ª Série do Ensino Médio	37
2ª Série do Ensino Médio	19
3ª Série do Ensino Médio	08
TOTAL DE ESTUDANTES	103

1.1 OBJETIVO GERAL

Combater discriminação, estereótipos, preconceitos e atitudes racistas e de exclusão por meio de reflexões críticas e diálogo aberto na escola.

1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver atividades educativas que abordem questões relacionadas à discriminação dos direitos humanos com a comunidade escolar, a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Estimular e orientar os professores para a implementação efetiva da Lei 10.639/03 e do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira no cotidiano escolar.
- Promover a compreensão e valorização da educação inclusiva através participação ativa de alunos nas atividades pedagógicas.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para compreender os aspectos centrais deste estudo, é fundamental recorrer aos conceitos e teorias que embasam e orientam a análise das temáticas propostas, mergulhar na história para poder trazer à tona questões a serem discutidas e evidências na contemporaneidade, só assim poderemos encontrar as soluções para os problemas aqui encontrados, esta pesquisa qualitativa buscar contextualizar deformações educacionais encontradas e que nos convidam a questionar e encontrar os caminhos necessários para uma compreensão coletiva.

2.1 UM RECORTE HISTÓRICO DA EVOLUÇÃO DOS DIREITOS PARA HUMANIDADE

Fazendo assim uma breve contextualização, busca-se estimular uma análise em que momento da história humana percebemos a chegada de fato dos direitos para os humanos, conforme Comparato, (2010, p.62), Na Independência americana e na Revolução francesa:

“Todos os seres humanos são, pela sua natureza, igualmente livres e independentes, e possuem certos direitos inatos, dos quais, ao entrarem no estado de sociedade, não podem por nenhum tipo de pacto, privar ou despojar sua posterioridade; nomeadamente, a fruição da vida e da liberdade, com meios de adquirir e possuir a propriedade de bens, bem como de procurar obter a felicidade e a segurança”.

Logo em seu capítulo I da Declaração que “o bom povo da Virgínia” tornou público, em 16 de junho de 1776, fica explícito o direito a busca pela liberdade e felicidade, dando-lhes os direitos aos homens na Declaração de independência dos Estados Unidos, ali já se tinha uma ideia que consiste em que os homens são igualmente vocacionados a sua própria natureza.

Um conhecimento importante pois o homem passar a ser visto não mais como um produto da vontade divina, mas sim, um ser integrante a sociedade, livres para caminhar neste processo de sociedade, essas ideias iluministas eram cada vez mais fortes, só após treze anos, é que se dá o ato de abertura da revolução francesa, potencializam estas ideias de liberdade e igualdade dos seres humanos: “Os Homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos”(Declaração dos Direitos do Homem e do cidadão, de 1789, art. 1º). Contudo é perceptível, que já se havia um anseio popular mesmo antes da declaração dos direitos humanos promulgada pela ONU em 10 de dezembro de 1948.

O mundo de fato evoluiu para um, pós segundo guerra mundial de recomeços e reconstruções, e as relações de sociedade precisavam de ordenamento jurídico e de amparo

legal. No Brasil, a chegada está intrinsecamente ligada a processos históricos de opressão e resistência. Desde a colonização, marcada pela exploração e escravidão, até a redemocratização nos anos 1980, a trajetória dos direitos humanos revela um gradual reconhecimento da dignidade humana, especialmente após a Constituição de 1988, que consagrou direitos fundamentais.

Para Comparato (2010), a luta por direitos humanos no Brasil é um reflexo de um contexto social dinâmico, onde movimentos populares desempenham papel crucial na busca por justiça e igualdade, desafiando estruturas históricas de exclusão e opressão. Mas, segundo Santos (1997 apud Mariussi, 2016, p. 445).

[...] se observarmos a história dos direitos humanos no período imediatamente a seguir à Segunda Guerra, não é difícil concluir que as políticas de direitos humanos estiveram em geral a serviço dos interesses econômicos e geopolíticos dos Estados capitalistas hegemônicos.

Dessa forma a construção de uma cultura de paz em sociedade para efetivação dos direitos humanos no cotidiano na humanidade perpassa vários ciclos pois não basta apenas proclamar um direito, mais sim, são necessários reunir as mais diversas condições para fazer cumpri-los, no entanto observa-se que fica claro o interesse em se manter o mundo sob controle e evitar assim confrontos, o que demonstra então uma visão meramente econômica ministrada pelos países capitalista, apesar da guerra fria está em curso, arriscaria até a dizer que este termo “fria”, tem reflexo neste momento de controle social que alguns países viveram, então se utilizar dessa ferramenta para controlar de certa forma momentaneamente a humanidade.

2.2 DIREITOS PARA TODOS, NÃO SÓ PARA HUMANOS “DIREITOS”

Torna-se evidente a necessidade de discutir cada vez mais, os currículos e os modelos educacionais que estão postos no Brasil, na Paraíba em especial a onde atuo neste momento, a Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête, Município de Parari-PB, em especial na educação básica da rede estadual.

Observamos um modelo integral com muitas deformações, diante disto é que vemos a grande necessidade de estabelecermos no cotidiano escolar diferentes práticas de discussões educacionais, que visem fomentar uma a edificação de uma sociedade que tenha condições de analisar de maneira mais crítica, conforme nos ensina (Faustino, 2020 apud Adrian, 2016, p. 165), “Há de se buscar novos caminhos de disseminação e principalmente de conscientizar a sociedade dos direitos de todos”, acredito que esses caminhos sejam construídos de maneira

que consigamos mobilizar toda comunidade escolar, seja quem está em sala de aula, mais também quem faz a retaguarda operacional, seja a pedagógica, seja a administrativa.

Todos são agentes de transformação social, só a partir de uma grande revolução educacional é que conseguiremos mudar a realidade enfrentada nos espaços escolares, é demasiadamente importante construir então um sentimento discriminatório para poder envolvermos a todos neste sentimento de construção socioeducacional, dito isso vejo que em minha prática ações claras para esta discriminação, quando iluminado pelo desejo de mudança social.

Estabeleci um diálogo aberto com meus alunos do ensino médio, dentre todo o conteúdo que discutimos, um sentimento se tornou bastante evidente em nosso debate, que foi a “Criminalização” da Declaração dos Direitos Humanos, então conseguimos entender esse legado deixado pelos regimes ditatoriais no Brasil, compreender que o regime militar aludiu estes termos de forma que conseguir adeptos, eles propagavam que apenas os humanos direitos deveriam ter o amparo.

Contudo isso era notável a apologia da marginalização dos menos favorecidos em evidência o povo periférico que na sua grande maioria é negra, a mídia à época por exemplo da redemocratização mesmo tendo deixado para trás a recente censura, fazia programas televisivos que potencializava esse sentimento discriminatório, e reivindicavam do governo cada vez mais uma polícia violenta e racista.

Recentemente no Brasil, vivemos um governo que buscou a prática da polarização e estabelecia a divisão de classes sociais, de gêneros e raças, este o governo “fascista” aguçou em seus apoiadores uma visão, ainda mais extremista, estes sentimentos foi possível identificar claramente em alguns dos nossos alunos que se diz apoiadores do “bolsonarismo”, nossa experiência em sala de aula ajudou a esclarecer, entender e apontar novos caminhos para a construção de um pensamento evoluído e de uma educação conforme Benevides (2007, p. 346) a educação em direitos humanos se refere à:

Formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação desta cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.

Esse pensamento destaca a importância da educação em direitos humanos como um processo contínuo de formação de valores essenciais que moldam atitudes e comportamentos

na sociedade escolar, mas também promove uma cultura de respeito e dignidade, que na maioria das vezes é esfriada pela prática automática de evidenciar sentimentos e maneiras arcaicas no cotidiano do chão da escola.

Diante desta problematização, estabeleci algumas ações junto da 1ª, 2ª e 3ª série do ensino médio, oficinas e rodas de conversas, diálogo coletivo, exibição de documentários em sala e produção de material educativo com o objetivo de dar amplo conhecimento à comunidade escolar.

2.3 LETRAMENTO RACIAL E COMBATE AO RACISMO ESTRUTURAL, NO ESPAÇO ESCOLAR

A realização do letramento racial e a construção de uma escola na perspectiva antirracista é uma missão de grande relevância que temos encontrado no nosso caminho, para Almeida, 2019, p.30.

O racismo constitui todo um complexo imaginário social que a todo momento é reforçado pelos meios de comunicação, pela indústria cultural e pelo sistema educacional. Após anos vendo telenovelas brasileiras, um indivíduo vai acabar se convencendo de que mulheres negras têm uma vocação natural para o trabalho doméstico, que a personalidade de homens negros oscila invariavelmente entre criminosos e pessoas profundamente ingênuas, ou que homens brancos sempre têm personalidades complexas e são líderes natos, meticolosos e racionais em suas ações. E a escola reforça todas essas percepções ao apresentar um mundo em que negros e negras não têm muitas contribuições importantes para a história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças à bondade de brancos conscientes.

Se requer urgência o combate a estas práticas que estimulam essas relações colonialistas, pois na maioria das vezes essa é uma realidade enfrentada no chão da escola, o autor retrata uma situação que muitas vezes está no automático de muitos, estes por sua vez acometem sejam por ingenuidade, seja por falta ética e profissionalismo, porém é preciso o policiamento destas ações criminosas, e que fato haja com urgência, para construirmos uma política de combate, orientação e capacitação.

O racismo estrutural é uma realidade profundamente enraizada na sociedade brasileira, manifestando-se de diversas formas, inclusive no ambiente escolar. Combater esse problema é essencial para promover uma sociedade mais justa e igualitária.

Primeiramente, é importante entender o que é racismo estrutural. Trata-se de um conjunto de práticas, normas e comportamentos que, de maneira sistemática, favorecem um grupo racial em detrimento de outros. No Brasil, de acordo com Nascimento e Ferraro (2024) isso se traduz em desigualdades significativas em várias áreas, como educação, saúde, emprego e renda. No ambiente escolar, essas desigualdades são evidentes nos índices de acesso e permanência na educação, onde alunos negros e pardos enfrentam maiores dificuldades e taxas de abandono escolar mais altas.

A escola, como um espaço de formação cidadã, tem um papel crucial no combate ao racismo estrutural. Uma educação antirracista não apenas reconhece a diversidade racial, mas também valoriza e inclui as contribuições culturais e históricas dos povos negros e indígenas no currículo escolar. Isso ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos, promovendo uma visão mais inclusiva e respeitosa da sociedade.

Além disso, a formação de professores é um ponto central nessa luta. Muitos educadores ainda se sentem despreparados para abordar questões raciais em sala de aula, o que reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a capacitação contínua e a inclusão de conteúdos antirracistas nos programas de formação docente.

Outro aspecto importante nas palavras de Nascimento e Ferraro (2024) é a implementação de políticas afirmativas que garantam a igualdade de oportunidades para todos os estudantes. Isso inclui desde a oferta de bolsas de estudo e programas de tutoria até a criação de ambientes escolares que respeitem e celebrem a diversidade cultural e racial.

Combater o racismo estrutural no ambiente escolar é fundamental para construir uma sociedade mais justa e igualitária. A educação tem o poder de transformar realidades e, ao promover uma educação antirracista, estamos dando um passo importante para erradicar as desigualdades raciais e garantir um futuro melhor para todos.

A implementação de políticas antirracistas nas escolas enfrenta diversas barreiras, que podem ser categorizadas em estruturais, culturais e institucionais.

Aqui estão algumas das principais de acordo com os escritos de Nascimento e Ferraro (2024):

Falta de Formação Adequada para Educadores: Muitos professores não recebem treinamento suficiente para lidar com questões raciais em sala de aula. Isso pode resultar em uma abordagem inadequada ou até mesmo na omissão do tema, perpetuando o racismo estrutural.

Resistência Cultural: Em algumas comunidades, há uma resistência cultural significativa à mudança. Preconceitos e estereótipos profundamente enraizados podem dificultar a aceitação e a implementação de políticas antirracistas.

Recursos Limitados: A falta de recursos financeiros e materiais é uma barreira significativa. Escolas com menos recursos podem ter dificuldade em implementar programas de formação, adquirir materiais didáticos inclusivos e promover atividades que valorizem a diversidade racial.

Políticas Públicas Insuficientes: A ausência de políticas públicas robustas e de longo prazo que incentivem e sustentem práticas antirracistas nas escolas é uma barreira crítica. Muitas vezes, as iniciativas dependem de esforços isolados de educadores e gestores escolares.

Falta de Envolvimento da Comunidade: A implementação eficaz de políticas antirracistas requer o envolvimento de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e funcionários. A falta de engajamento e apoio da comunidade pode comprometer o sucesso dessas políticas.

Desigualdades Sistêmicas: As desigualdades sociais e econômicas mais amplas também afetam a capacidade das escolas de implementar políticas antirracistas. Alunos de comunidades marginalizadas frequentemente enfrentam barreiras adicionais que dificultam seu acesso à educação de qualidade.

Superar essas barreiras exige um esforço conjunto de governos e suas políticas públicas educacionais, escolas, comunidades em geral. É necessário um compromisso contínuo com a formação de educadores, a alocação de recursos adequados, a criação de políticas públicas eficazes e o engajamento ativo de toda a comunidade escolar. Somente assim será possível promover uma educação verdadeiramente inclusiva e antirracista.

2.4 UMA ESCOLA INCLUSIVA, DE EQUIDADE OU UMA FALSA UTOPIA PEDAGÓGICA?

Essas discursões sobre uma modelo escolar de inclusão se perpassa por muitos caminhos, dentre eles vale ressaltar a realidade enfrentada no chão da escola, para (Sasaki, 2006, p. 10).

A perspectiva inclusiva atualmente é assumida no Brasil e em diferentes países do mundo como uma estratégia que se articula com a ideia de direitos humanos e, portanto, de respeito às diferenças. Mas, não podemos afirmar que ela seja unanimidade. Há grupos contrários à inclusão, ainda que pratiquem a exclusão de maneira velada. Nesse sentido, marcham na contramão da Constituição Federal (1988) e da LDB 9.394 (1996) consideradas cartas em prol da cidadania. A pergunta que se faz é: de que lado você se encontra? A favor ou contra a legislação? A favor ou contra os direitos humanos?

Estes questionamentos se fazem por demais pertinentes, pois na prática ainda temos um espaço escolar discriminatório e estreito, uma visão excludente, seja por falta de conhecimento

ou mesmo por ética profissional, alguns acredita que o grande faz de conta deste inclusão está acontecendo, na realidade enquanto estudantes são submetidos as mais diferentes didáticas dos componentes curriculares exigidos e adotado pela escola através da secretária estadual de Educação do Estado da Paraíba enquanto outros estudantes desenham ou mesmo passeiam nos corredores das salas de aulas. O que Sasaki, 2006, nos provoca é importante analisarmos de que lado da trincheira estamos.

Para (Sena 2008, p.212), o resultado foi um professor extremamente consciente e crítico de seu papel social, muitas vezes aberto ao diálogo com o universo conceitual de seus alunos, porém, absolutamente despreparado para intervir na qualidade de agente de educação formal, torna-se cada vez mais evidente que é preciso estabelecer uma maneira mais clara e enérgica para encontrar mecanismos que possa trazer para os discentes as ferramentas certas de apoio, exemplo disso seria implementação por exemplos de salas de AEE, em todas as unidades escolares, uma realidade ainda muito distante na rede de educação estadual maior número de capacitações e digo mais uma vez com todos os atores envolvidos na contexto educacional, não adianta apenas capacitar os que estão dentro de sala e deixar a falta de conhecimento reinando nos corredores da unidade escolar.

A inclusão reclama atitudes e práticas que enxergam os estudantes e suas diferenças como características próprias da condição humana. Desse modo, condição de deficiência, étnicas, de gênero, geográfica etc. não devem ser alvo de comportamentos discriminatórios.

Problematizações levantadas durante todo este texto nos fazem refletir na condição de agente edificador educacional ou mesmo de educador popular, político, pedagógico e educacional.

Essa utopia educacional ou uma educação para todos, sem distinção, raça, cor e religião isso é uma grande fabula contata ao longo da história, precisamos ser todos os dias a equidade que nossos alunos precisam.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho acadêmico tem relação e abordagem de pesquisa é qualitativa, que busca compreender preocupações complexas, sociais ou comportamentais, através da interpretação detalhada das experiências e percepções dos participantes.

Para Gil (1999, p.94) corrobora, dizendo que “[...] métodos de pesquisa qualitativa estão voltados para auxiliar os pesquisadores a compreenderem pessoas e seus contextos sociais, culturais e institucionais”. Então é exatamente isto que realizamos em campo na perspectiva de discutirmos todos os elementos necessários para uma investigação acadêmica. Os resultados obtidos em uma pesquisa qualitativa oferecem o mais diferentes e profundos caminhos e oportunidades e podem embasar recomendações para práticas educativas, políticas públicas ou futuras investigações acadêmicas.

A minha escolha neste trabalho por uma pesquisa qualitativa, se deu exatamente devido às suas características de investigação exploratória e descritiva, uma vez que associado à minha prática pedagógica, tornou-se evidente a abordagem adequada, já que permitiu o aprofundamento necessário na busca do conhecimento no que se refere à gestão do conhecimento.

Sendo assim estabelecemos como objetivo desta pesquisa analisar os procedimentos de pesquisa qualitativa, considerando a minhas ações e práticas pedagógicas, só assim isso tornou-se possível.

A pesquisa qualitativa caracterizou-se como exploratória, porque proporcionou maior familiaridade com a realidade vivenciada pelos modelistas e instrutores no ambiente do seu trabalho.

O grande objetivo central desta pesquisa qualitativa é obter uma compreensão mais aprofundada e específica de características dos estudos sociais, culturais e comportamentais no chão da escola em que atuo, buscando problematizar os contextos específicos. Então minha pesquisa qualitativa se concentra em interpretar as percepções, experiências, significados e dinâmicas que compõem um específico. Evidenciando a compreensão dos significados e suas perspectivas, além de explorar e interpretar os significados e vivências acadêmicas e relacionais que os estudantes nos oferecem. GONZÁLEZ – 2020, nos oferece a seguinte reflexão conceitual.

O pesquisador, na pesquisa qualitativa, é assumido como um sujeito que pensa, percebe, sente, expressa interesse pelo assunto que deseja pesquisar. Um sujeito cognoscente. Assim, o pesquisador, em tanto que sujeito senti-pensante não pode se afastar do acontecimento que está pesquisando e que se dá a sua percepção.

Buscou-se então se revestir destes valores enquanto pesquisador, e saber que isso me contempla. O fato de me tornar este professor pesquisador que não se acomoda com a realidade encontrada, mais a enfrenta com todas as diversidades e se estimula e dissemina o sentimento de protagonismo em sala de aula e acima de tudo evidenciando a prática de pensar, agir e mudar.

Segundo, Gil – 2002, A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e foi exatamente isso que busquei realizar em minhas práticas pedagógicas. Gil – 2002, ainda complementa dizendo que para esta modalidade:

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

Nosso fazer pedagógico tem todas as referências teóricas citadas acima e sendo assim, afirmamos que então nossa pesquisa se qualifica como qualitativa, bibliográfica e de campo.

3.1 MÉTODO CIENTIFICO

O método dedutivo se faz o mais adequado para compreender os processos de manifestação do fenômeno estudado nesta pesquisa, A ciência não se baseia na indução, mas na dedução, que permite à pesquisa testar as hipóteses e avançar através da falsificação (POPPER, 2004, p. 89). Diante disso foi possível compreender que nossas ações são respaldadas cientificamente, quando realizamos a pratica dedutiva ao permitir verificação e a validade de teorias por meio de uma sequência lógica de pensamento.

3.2 TÉCNICAS DE COLETAS DE DADOS

A Realização de rodas de conversas estruturadas e dirigidas, análises de textos bibliográficos, observações qualificadas, aulas experimentais de campo, estudo de caso.

3.3 SUJEITO DA PESQUISA

O que o sujeito desta pesquisa dedutiva foram os alunos 64 alunos do Ensino médio da Escola Cidadã Integral Jairo Aires Caluête, no município de Parari-PB, eles foram escolhidos

a parti para esta pesquisa pela a minha atuação na condução do componente curricular de geografia.

3.4 UNIVERSO E AMOSTRA DA PESQUISA

O universo aqui estudado foram os estudantes, como também toda comunidade escolar, pois quando realizamos práticas que envolvem toda comunidade escolar, isso reflete exatamente em uma maturidade dos temas aqui discutidos

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Relatando assim cronologicamente, no ano de 2023, iniciei as ações de Letramento Racial e combate ao racismo, estimulado e amparado pela lei 10.639/08.

Desenvolvemos um primeiro movimento de práticas educacionais que tinha como foco formativo possibilitar a experiência formativa de um sentimento de pertencimento afro-educacional, para as/os estudantes que são protagonistas principais dessas práticas; com a intenção de elevar o seu nível de compreensão diante do contexto de opressão e práticas ainda esvaziadas desse pertencimento. A proposta teve seu ponto alto com a culminância do projeto programado em dia 18 de agosto de 2023, no qual se ofereceu uma programação extensiva: com rodas de capoeiras, cerimoniais cívicas com apresentação das bandeiras dos 6 (seis) países: escolhidos para serem apresentados, degustações de comidas típicas de cada país, salas temáticas, podcast (TV JAC), rodas de conversas com representantes da UFCG, participação de integrantes dos movimentos quilombolas e religiões de matrizes africanas.

Imagem 1 - Realização da Feira das Nações Africanas, Aplicação da Lei 10.639/03



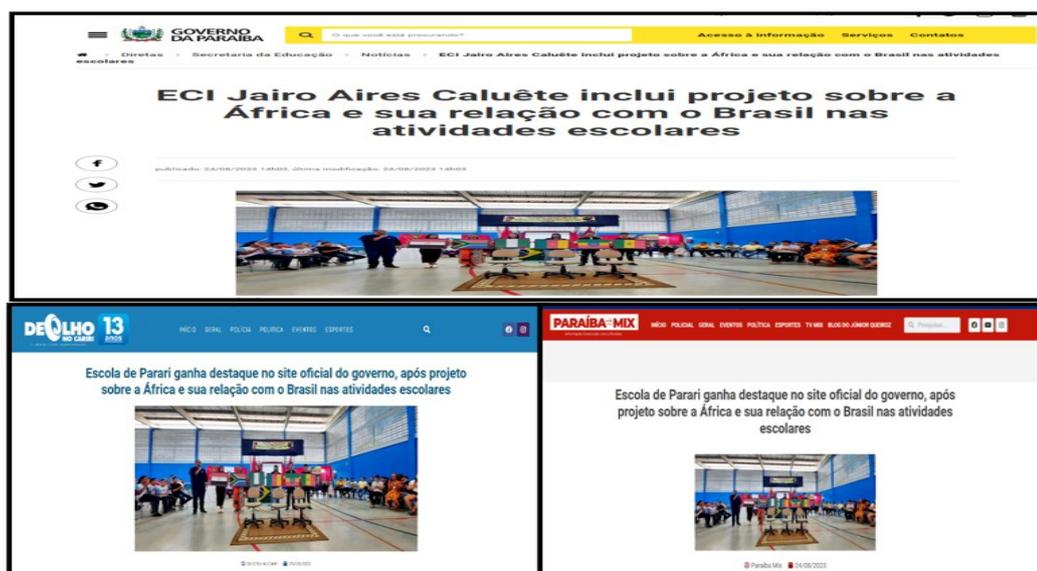
Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Nosso ponto alto teve a seguinte programação: abertura às 07:00h com o acolhimento de dois grupos de capoeira, sendo o primeiro da cidade de São José dos Cordeiros e o outro da cidade de Serra Branca, tendo como professor mestre Ricardo Sousa. Seguindo a

programação foi realizado uma cerimonia de abertura aonde recebemos as/os estudantes da rede municipal do municipal de Parari, e da comitiva de alunos e professores da ECIT Jornalista José Leal Ramos do Município de São João do Cariri, já as 08:00 foi aberto a amostra de artesanato de influências africanas, logo as 09:00h foi formado a mesa das autoridades com a presença de todo corpo docente da escola, gestão e demais convidados como o Vereador Presidente da Câmara municipal de Parari, Fábio Cavalcante, da Secretaria de Educação do município de Parari Flavia Farias, do Secretario de Assistência Social do Município de Parari, Sr. Carlos, além do Prof. Dr. Wallace da CDSA/UFCG, Professora Beatriz das Comunidades Quilombolas do Cantinho em Serra Branca. Seguindo a programação as 10:00h foi aberto para visitaçao as salas temáticas dos países africanos: **Egito, Africa do Sul, Senegal, Etiópia, Camarões e Nigéria**, a onde foi apresentado por uma série e assim juntamente com os alunos protagonistas da 3ª Série do ensino médio, conseguimos mobilizar todo corpo discente da escola. Já as 11:00h deu inicio a primeira edição da TV JAC - Um podcast idealizado e apresentado por mim a onde recebemos alguns atores internos e externos ao nosso evento, realizando uma grande mesa redonda de pensamentos críticos, políticos e pedagógicos, segue link <https://www.youtube.com/live/IDx9aJFCkAY?feature=shared>, chegando as 12:00h, foi oferecido um almoço temático com comidas africanas para todos os participantes, música ao vivo com Wandson dos Teclados, retomando as atividades as 14:30h demos inicio a “Fala Garoto” na qual remontamos uma forma de interação dos protagonistas (estudantes) com os nossos convidados, que ficaram no centro da roda formada por estudantes, na oportunidade, além do Professor Wallace e da Professora Beatriz, tivemos a honra de receber A casa de candomblé de Mãe Jô que participou tirando duvidas e apresentando todas as crenças e entidades ligadas as religiões de matrizes africanas, encerrando assim todo o evento às 17:00h.

Foi dada também repercussão na mídia local a exemplo da RÁDIO SERRA BRANCA FM, através do Jornalista Júnior Queiroz, como segue link postado no canal da escola matéria publicada, <https://youtu.be/QZpTWUyLfwQ?feature=shared>

Imagem 2 - Registro dos Sites que publicitaram a Feira das Nações Africanas.



Fonte: Arquivo pessoal, 2023.

Com esta prática, foi possível dar amplo conhecimento das ações desenvolvidas em sala de aula, conforme registro nos principais sites do cariri paraibano, além do portal oficial do Governo do estado da Paraíba.

Vale salientar que, recebemos o prêmio o mestre da educação do ano de 2023, por ela prática pedagógica, um reconhecimento a nível estadual pela Secretaria Estadual de Educação.

Para este ano letivo de 2024, adotamos para o projeto intervenção pedagógica o seguinte Tema: **“Recomposição de Aprendizagem e Direitos Humanos: Respeito e Valorização do estudante a partir do seu contexto sociocultural e tecnológico”**

Diante deste desafio, adotamos algumas ações para todo o ensino médio e que buscamos atuar nesta perspectiva de aprofundamento dos direitos humanos e de uma escola mais inclusiva, na realidade, é sempre uma vivência envolta em muitas dificuldades de toda ordem: administrativa, recursos financeiros; conscientização da importância do tema para se viver numa sociedade mais justa. Essas dificuldades enfrentadas por nossas/os estudantes, desde a pandemia, vêm impactando no nível de aprendizagem ofertado pela de educação, essa situação é problemática e é urgente ser enfrentada pela escola, pelo corpo docente e por todas e todos que compõem a comunidade escolar. E, por isso, se objetivou atender aos anseios do que foi planejado para este ano, estabelecendo ações pedagógicas com as turmas do ensino médio, e, nelas, realizamos práticas educativas e pedagógicas que envolvessem as/os estudantes no processo de compreensão do sentido humanizador dos temas relacionados aos direitos humanos e da educação inclusiva.

Quadro Demonstrativo das turmas do Ensino Médio da ECI Jairo Aires Caluête

TURMAS	Quantidades de Estudantes
1ª Série do Ensino Médio	38
2ª Série do Ensino Médio	19
3ª Série do Ensino Médio	08

Para as/os estudantes da 1ª série, realizamos rodas de conversas, exibição de documentários e associamos ao conteúdo de geografia e apresentamos com um viés do “Direito Água”, aproveitamos para discutir em sala toda a problemática envolvendo esse importante direito que tanto necessitamos, este projeto tem comitês nas escolas e é uma iniciativa Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba e da Agência nacional das Águas, juntamente com diversas entidades e na nossa escola, o privilegio e a confiança de poder trabalhar, com o objetivo sensibilizar e tornar visível o impacto do conhecimento desse direito na comunidade em que vivem.

Além disso, foram planejadas e realizadas rodas de Conversas com leituras sobre Racismo estrutural e direitos humanos de ALMEIDA, (2019).

Realizamos uma aula de campo que tinha como proposta a discursão sobre o direito a Água e ao saneamento básico e todas as questões ambientais que envolve estas temáticas.

Imagem 3 - Registro da Aula sobre direitos a Água, na Primeira Série do EM.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Além da aplicação desta ação, também realizamos ações externas, para discutir e contextualizar de forma experimental todo o conteúdo discutido em sala de aula, fomos na antigo lixão do município de Parari-PB, a onde todo o lixo produzido é dado o destino correto, toda a coleta é realizada destinada a um contêiner, que fica localizado em um terreno próxima a zona urbana e duas vez ao mês é levado para aterro sanitário no município de Campina Grande-PB.

Imagem 4 - Registro da Aula de Campo no antigo Lixão da Cidade de Parari - PB



Imagem 5 - Registro da Aula de Campo na construção do Açude Vereador Assis Queiroz, fomos recebidos pelo Engenheiro e Topógrafo Dr. Inacio Antonino Junior, o qual na oportunidade explicou para os alunos



Imagem 6 - Participação do Seminário LECAMPO na UFCG/CDSA.



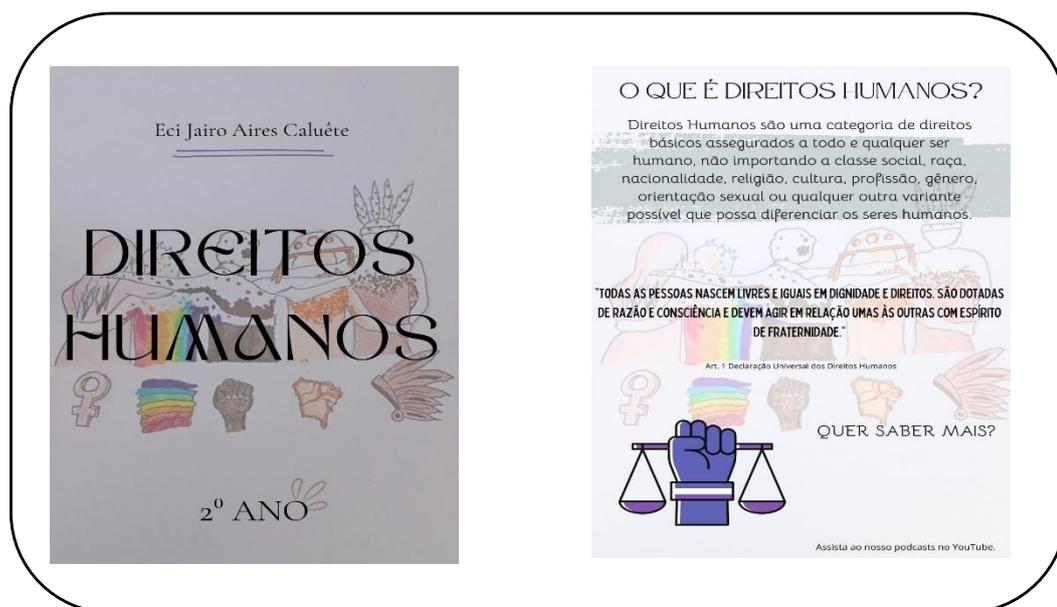
Para os Estudantes da terceira série, a proposta foi a realização de leituras do texto de Almeida (2019) e Nascimento e Ferraro (2024) e a realização de debates, conversas e, como produto, foi elaborado um folheto com o objetivo de disseminar esses conhecimentos juntamente com toda comunidade escolar.

Imagem 7 - Oficinas de Leitura e produção em sala de aula – Alunos da 2ª Série do E.M.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Imagem 8 - Folhetinho, elaborado pelos alunos da 2ª Série do Ensino Médio



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Para a 3ª série do Ensino Médio, realizamos uma série de encontros que incluíram rodas de conversa, atividades interativas, quizzes, exibição de documentários e uma intervenção especial com a cartilha sobre Direitos Humanos, elaborada pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Educação e Cidadania (CAODEC). Esse material foi fundamental para aprofundarmos nossos conhecimentos sobre os direitos humanos e os direitos assegurados na nossa Constituição, facilitando diálogos enriquecedores com os estudantes.

A cartilha nos guiou por uma linha do tempo de legislações e documentos importantes, desde a **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948** até a **Lei Geral de Proteção de Dados de 2018**, passando pela **Constituição Federal de 1988**, pelo **Estatuto da Criança e do Adolescente**, a **Lei Maria da Penha**, o **Estatuto do Idoso**, entre outras normas que promovem a igualdade, a dignidade e a cidadania.

Os encontros proporcionaram discussões profundas sobre como esses direitos se manifestam no nosso dia a dia e a importância de conhecê-los para que possamos defendê-los e promover uma sociedade mais justa e inclusiva. Ao longo das atividades, os alunos puderam entender que esses marcos legais não são apenas leis no papel, mas sim direitos que devem ser exercidos e respeitados, protegendo-nos e garantindo nossa liberdade e dignidade.

Além de refletir sobre os desafios e avanços na área dos direitos humanos, a cartilha também permitiu que a turma explorasse o papel que cada um pode desempenhar para fortalecer uma cultura de respeito e cidadania.

Imagem 9 - Roda de Conversas com alunos da 3ª Série do Ensino médio e Entrega das Cartilhas dos Direitos Humanos.



Fonte: Arquivo pessoal, 2024.

Por fim, expomos aqui nossas ações e práticas metodológicas diante deste trabalho de pesquisa, foram aproximadamente dois anos letivos e objetivaram a construção desta pesquisa e da execução no chão da escola.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É essencial compreender que a educação em direitos humanos visa promover valores como igualdade, respeito, dignidade e justiça. Esses princípios são fundamentais para combater o racismo estrutural, que se manifesta de forma sistêmica e institucionalizada, perpetuando desigualdades e discriminações contra grupos raciais historicamente marginalizados. No Brasil, essa realidade, é, particularmente, é bastante visível nas disparidades educacionais entre estudantes brancos e negros. Estes últimos, enfrentam maiores taxas de abandono escolar e menores índices de desempenho acadêmico.

No ambiente escolar, a implementação de uma educação antirracista e baseada em direitos humanos pode transformar essa realidade. Nossa abordagem pedagógica buscou problematizar a diversidade cultural e racial, incluindo a história e as contribuições dos povos negros e indígenas no currículo escolar, através do combate à discriminação, estereótipos, preconceitos e atitudes racistas e de exclusão por meio de reflexões críticas e diálogo aberto na escola. Tornando-se crucial para desconstruir estereótipos e preconceitos.

Além disso, a formação contínua de educadores para lidar com questões raciais é indispensável. Muitos professores ainda se sentem despreparados para abordar o tema, o que reforça a necessidade de políticas públicas que incentivem a capacitação docente.

É importante criar um ambiente escolar inclusivo e acolhedor, onde todos os estudantes se sintam valorizados e respeitados. Isso inclui a implementação de políticas afirmativas que garantam igualdade de oportunidades, como bolsas de estudo e programas de tutoria para alunos de grupos raciais minoritários. A participação ativa da comunidade escolar, incluindo pais, estudantes e funcionários, também é fundamental para o sucesso dessas iniciativas, estabelecemos estas discussões com todos envolvidos no contexto educacional.

A educação em direitos humanos é uma ferramenta poderosa para o combate ao racismo estrutural no ambiente escolar. Ao promover uma educação inclusiva e antirracista, estamos não apenas garantindo o direito à educação de qualidade para todos, mas, também, construindo uma sociedade mais justa e igualitária. A escola, como espaço de formação cidadã, tem um papel crucial nesse processo, e é responsabilidade de todos nós, enquanto sociedade, apoiar e promover essas mudanças.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- ARAÚJO, Janine Praça; SCHMIDT, Andréia. A inclusão de pessoas com necessidades especiais no trabalho: a visão de empresas e de instituições educacionais especiais na cidade de Curitiba. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 02, p. 241-254, 2006. Link: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1413-65382006000200007&script=sci_abstract data do acesso: 14/11/2024
- BENEVIDES, Maria Victoria. Educação em direitos humanos: de que se trata. **Formação de educadores: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, p. 309-318, 2003. Link https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/65514647/Educacao_em_Direitos_Humanos_de_que_s_e trata_Respeitar_e_Preciso_-libre.pdf?1611626094=&response-content- data do acesso: 14/11/2024
- BOBBIO, Norberto. **Era dos direitos**. Elsevier Brasil, 2004. Rio de Janeiro.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Saraiva, 1988. Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003. D.O.U. de 10 de janeiro de 2003.
- COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2003. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-estrutural-ainda-persiste-na-educacao-brasileira/>. Acesso em: 05 de out. de 2024.
- MARIUSSI, Madalene Isabel; GISI, Maria Lourdes; EYNG, Ana Maria. A escola como espaço para efetivação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 22, n. 3, p. 443-454, 2016. Link: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/sFXWwtHPshmPwhDbg4bZxtj/?lang=pt>. data do acesso: 14/11/2024.
- NASCIMENTO, Iracema Santos do; FERRARO Marcelo Rosanova. **Racismo estrutural ainda persiste na educação brasileira**. Jornal da USP, 04 de jan. de 2024
- SENNA, Luiz Antonio Gomes. Formação docente e educação inclusiva. **Cadernos de pesquisa**, v. 38, p. 195-219, 2008
- SILVA, Lorena; FAUSTINO, Silva. Educação em direitos humanos como combate ao racismo estrutural. **Revista Encantar**, v. 2, p. 01-11, 2020
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.
- GONZÁLEZ, Fredy Enrique. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020. file:///C:/Users/patri/Downloads/carla_tambarussi,+001_est_GONZ%C3%81LEZ_p_155-183.pdf. Acesso em: 14/11/2024.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de Pesquisa social. São Paulo: Atlas, 2008. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.**

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica.** Editora Cultrix, 2004.